



Cidadania e Participação Social

Buscando Melhorias para o Rio

Autores:

Anna Laura T. Ferreira

Bruno Porto

Diogo Dias Bueno

João Marcos Guerra

Mariana M. Zalfa

Sarah S. Coutinho

Esse estudo é parte do **ThinkTank – Caminhos para o Rio**, projeto conduzido por alunos de graduação em Administração da PUC-Rio. Como parte da sua formação em empreendedorismo, os estudantes se organizam em grupos de pensadores que, sob a orientação de docentes, desenvolvem estudos sobre problemas e tendências relevantes para o Rio de Janeiro.

Organização



iag ESCOLA
DE NEGÓCIOS
PUC-RIO

Apoio



Sumário

1. Contextualização do Problema	2
1.1 Apresentação dos Macroproblemas	2
1.2 Mapeamento do setor econômico	4
1.3 Políticas públicas relacionadas ao tema	6
1.4 Forças direcionadoras do setor econômico e incertezas críticas	7
2. Análise do Contexto	10
2.1 Contextualização a partir dos ODS	10
2.2 Contextualização a partir do World Economic Forum (WEF)	15
3. Mapeamento das oportunidades no contexto do Rio de Janeiro	20
3.1 Oportunidades de soluções relacionadas a políticas públicas	20
3.2 Oportunidades de soluções relacionadas a novos negócios	22
3.3 Análise de tendências tecnológicas para possíveis soluções	24
3.4 Mapeamentos de startups que oferecem soluções	26
4. Exploração dos macroproblemas mapeados	28
4.1. Mapa de Stakeholders	28
4.3 Árvores de Problemas	31

Introdução

Segundo a Constituição de 1988, cidadania diz respeito à condição dada pelo regime democrático a um indivíduo enquanto membro da sociedade, garantindo direitos de participação social no processo decisório do Estado. Nesse sentido, os direitos civis e políticos são considerados emancipatórios, concedendo às pessoas a capacidade de autonomia para agir ou não, mediante os acontecimentos de ordem política, econômica e social. É por meio dessa ação consciente que a cidadania do indivíduo se concretiza. Já, o conceito de Participação Social, por sua vez, está relacionado à influência dos indivíduos na organização da sociedade, representando outro elemento fundamental em uma sociedade democrática, uma vez que é essencial para o pleno exercício da cidadania.

É possível compreender estes conceitos como uma espécie de dúplice do cidadão, sendo este indivíduo responsável pela constituição do Estado, através da eleição de seus representantes nele e verificando sua atividade, além de ser participante e componente fundamental da sociedade, prezando pelo bem da comunidade e tendo voz ativa dentro dela.

Este estudo contém uma análise dos principais desafios relacionados ao pleno exercício da cidadania e participação social do cidadão do Rio de Janeiro, tal como uma leitura de possíveis oportunidades dentro deste cenário para que esta condição seja atendida. Primeiramente, será apresentada uma contextualização do problema, seguida de uma análise do contexto à luz das ODS e WEF, um mapeamento das oportunidades que podem oferecer soluções em relação ao tema e, por fim, será feita uma exploração de campo dos problemas mapeados.

1. Contextualização do Problema

Este capítulo apresenta a contextualização de macroproblemas relacionados ao exercício da cidadania e participação social dos residentes da cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, será apresentado um mapeamento do setor econômico na metrópole fluminense, seguido da apresentação das políticas públicas relacionadas a esse setor. Por fim, serão apresentadas as forças direcionadoras que podem direcionar soluções para os macroproblemas apresentados.

1.1 Apresentação dos Macroproblemas

O Rio de Janeiro vem atravessando um período de crise nas últimas décadas. Pesquisas do IBGE e da SUAS-RJ apontam alarmantes níveis de desigualdade socioeconômica¹, com mais de 5% da população vivendo em extrema pobreza, até uma grande crise na área habitacional, com mais de 7 mil indivíduos em situação de rua². Ademais, a cidade vem experienciando, concomitantemente, uma espécie de “desgoverno”, caracterizado por uma gestão pública ineficiente e repleta de escândalos de corrupção. Dentro deste contexto, carente de controle social por parte dos cidadãos, engajamento e mobilização civil, expressões do exercício da cidadania e da participação social - pontos centrais dentro desta discussão - seriam atitudes relevantes como parte de um conjunto de ações para transformar o cenário adverso que se instaurou na cidade.

Entende-se por controle social, a participação social exercida sobre a administração pública, visando fiscalizar a atuação dos governantes e se fazer presente na atuação do poder público, em meio a garantir que seus direitos, enquanto cidadão, estão sendo considerados e respeitados pela gestão pública³, sendo uma das diretrizes propostas na Lei de Acesso à Informação, sancionada em novembro de 2011⁴. Para que esse dever cidadão seja exercido de forma eficaz, é importante que haja transparência do poder público, disponibilizando, de forma clara e honesta, dados referentes às ações promovidas por estes agentes. Como ferramenta viabilizadora do controle social, é possível citar a plataforma do Portal da Transparência, onde podem ser encontradas informações referentes a serviços prestados nos municípios, alocação de recursos para a criação de políticas públicas, gastos públicos, consulta de servidores e cargos públicos, tal como da atividade dos cartões que lhes são disponibilizados⁵.

¹ <https://agencianossa.com/2021/12/03/rio-de-janeiro-e-o-estado-mais-desigual-do-brasil/>

² <https://sbsrj.org.br/moradores-de-rua-sp-rj-parana/#-rj/>

³ <https://acessoainformacao.es.gov.br/o-que-e-controle-social>

⁴ <https://www12.senado.leg.br/transparencia/arquivos/sobre/cartilha-lai/>

⁵ <https://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603399-controle-social>

A falta de transparência⁶ da administração pública, tal como a dificuldade dos cidadãos no acesso aos canais de comunicação disponibilizados pelo governo, inviabilizam a cumprimento do dever cidadão de fiscalizar seus representantes no poder público⁷. Esse fato é averiguado por meio da análise da plataforma do Portal de Transparência, na qual parte das informações que deveriam ser públicas são mantidas como sigilosas, fenômeno não consoante a proposta desse recurso⁸, que sugere viabilizar a verificação desses dados⁹. Tal dificuldade proporciona brechas para a execução de esquemas corruptos, resultando num cenário repleto de escândalos de corrupção¹⁰, que podem ser verificados no histórico do Estado, tal como a alienação em relação à realização de uma má gestão dos recursos públicos.

Adicionalmente, no estudo da questão de “não cidadania”, é fundamental fazer referência à falta de mobilização e engajamento social na busca da consciência coletiva, da valorização da cidadania e maior envolvimento dos cidadãos nos problemas locais, fenômenos que afetam, historicamente, a realidade brasileira¹¹, representando um desafio, em especial, para o Estado do Rio de Janeiro¹². De acordo com dados primários, obtidos através da aplicação de uma pesquisa qualitativa com cidadãos cariocas engajados, a noção da existência de questões problemáticas, porém, parece não ser suficiente para despertar a consciência coletiva desses indivíduos que se encontram absortos em suas questões pessoais, incapazes de compreender o real impacto desses problemas na vida de outros cidadãos. Nesse sentido, ao cidadão que vive alheio a causas coletivas, não sentindo a necessidade de participar da vida da cidade, através da contribuição na solução desses problemas, é atribuída uma parcela de culpa pela permanência do panorama desfavorável em que está inserido¹³.

O conceito de cidadania também remete a ideia de inclusão e participação na comunidade onde estes indivíduos estão inseridos, incluindo o fenômeno do envolvimento na economia local. A existência de um sistema educacional incompleto¹⁴, sem um programa de formação cidadã adequado, que contemple a educação em finanças, resulta na exclusão de uma parcela relevante da população do sistema financeiro nacional. A falta de acesso a recursos básicos, como cartões

⁶<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/31/funcionarios-publicos-recebem-salarios-extras-por-cargos-secretos-no-rj.htm>

⁷ <https://meuartigo.brasile Escola.uol.com.br/economia-financas/falta-transparencia-nas-contas-publica.htm>

⁸ <https://www.oecd.org/gov/ethics/integrity-recommendation-brazilian-portuguese.pdf>

⁹ <https://www.portaltransparencia.gov.br/cartoes/consulta?ordenarPor=mesExtrato&direcao=desc>

¹⁰<https://extra.globo.com/noticias/rio/o-triste-historico-de-corrupcao-no-governo-do-rio-veja-linha-do-tempo-24612862.html>

¹¹ <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/politicassociais.pdf>

¹² <https://casafuminense.org.br/encontro-casa-desafios-para-a-participacao-social-no-rio-de-janeiro/>

¹³<https://observatorio3setor.org.br/observatorio-em-movimento/justica-e-direito/caminhos-democraticos-para-mobilizar-cidadaos-na-tomada-de-decisao/>

¹⁴ <https://administradores.com.br/artigos/sistema-educacional-incompleto>

de crédito e transações bancárias, compromete a participação desses indivíduos na economia local, tendo um impacto direto sobre ela¹⁵.

Por fim, é possível afirmar que a origem e permanência deste fenômeno de não cidadania, podem ser atribuídas a diversos fatores, dentre eles, a falta de educação orientada à formação de um indivíduo cidadão, com consciência dos seus problemas sociais e que se engaje na busca por soluções para eles. Outro elemento que contribui para essa situação indesejada está na falta de orientação em relação a como realizar mobilizações eficientes e a dificuldade de garantir o acesso às tecnologias que promovem a informação e a comunicação com o poder público¹⁶ através do meio digital¹⁷.

1.2 Mapeamento do setor econômico

O estado do Rio de Janeiro contribui com mais de 10% do PIB nacional, sendo o segundo maior responsável pela arrecadação brasileira, como é possível observar na Figura 1¹⁸. A maioria da arrecadação é advinda de atividades econômicas do setor terciário, comércio e serviços, que compõe cerca de 85% da economia local¹⁹. Tendo em vista que a dificuldade em acessar o sistema financeiro nacional, proposta no conceito de cidadania financeira, impossibilita a participação de milhares de indivíduos marginalizados na economia local, impactando de forma direta, conclui-se que o setor terciário também seria o principal beneficiado pela afirmação dos direitos propostos à cidadania. Nos últimos anos, o Rio de Janeiro passa por uma fase econômica bastante delicada, apresentando uma tendência de desaceleração, caracterizada pela falta de um crescimento significativo da atividade econômica local²⁰. A estagnação no setor econômico representa um problema especialmente preocupante, dada a existência de uma grande dívida do estado do Rio de Janeiro com a União Federativa²¹.

¹⁵ https://www.thinktank-iag.org/_files/ugd/22abeb_5b58dcb02f284fa49027f10c60d7b323.pdf

¹⁶ <https://www.iberdrola.com/compromisso-social/o-que-e-exclusao-digital>

¹⁷ <https://www.parceriasgovernamentais.com.br/conheca-os-desafios-de-desenvolver-uma-das-maiores-plataformas-de-governo-digital-do-mundo/>

¹⁸ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/11/12/pib-cresceu-em-22-estados-no-ano-anterior-a-pandemia-diz-ibge.ghtml>

¹⁹ <https://blogdoibre.fgv.br/posts/economia-do-rio-e-do-brasil-em-2021>

²⁰ <https://diariodocomercio.com.br/economia/atividade-economica-perde-ritmo-no-inicio-do-segundo-trimestre/>

²¹ <https://extra.globo.com/economia-e-financas/crise-economica-do-rio-buraco-bem-profundo-mas-ainda-existe-saida-23933357.html>

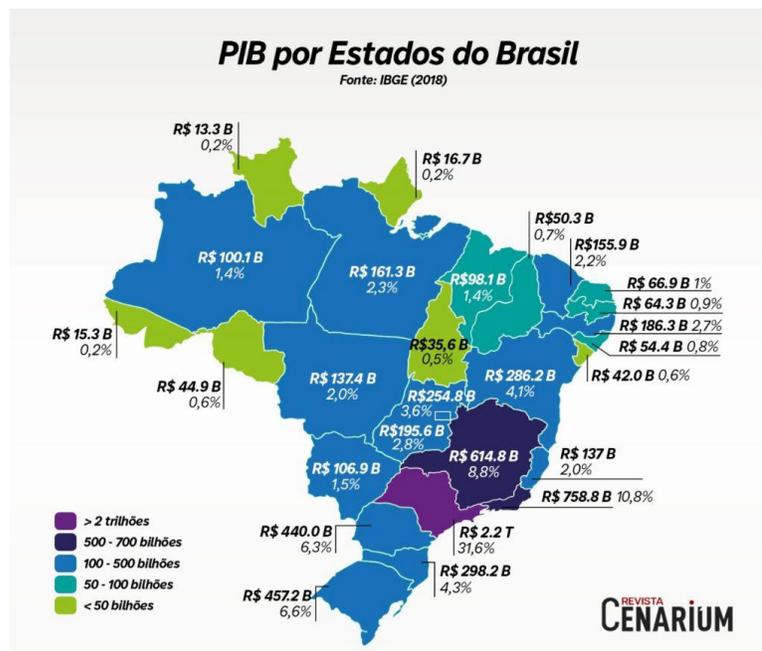


Figura 1: PIB por estados do Brasil

Ao observar a esfera política da cidade do Rio de Janeiro, é possível identificar uma série de escândalos de corrupção nos últimos anos, que provocaram um efeito negativo sobre a vivência e economia carioca. O estado experienciou o afastamento e prisão mais de 3 governadores em um passado recente, sendo possível observar claros impactos em sistemas como o de saúde, que já se encontrava extremamente defasado, de onde foram desviados aproximadamente 2 bilhões de reais através de esquemas de corrupção²², valor que supera, por exemplo, a quantia direcionada pelo Governo Fluminense as questões relacionadas à pandemia da Covid-19, demonstrando um claro desgoverno por parte dos políticos locais.

Os casos de corrupção, porém, não se restringem à área da saúde, podendo se observar desvios de capital no superfaturamento de obras públicas, que superam 3 bilhões de reais no Rio de Janeiro²³, dentre outras atividades, que tiveram um impacto sobre a economia local, elementos que implicaram na composição de uma dívida de 709,93 milhões de reais com a União Federativa, a maior dentre os estados brasileiros²⁴. Dentro deste âmbito, podemos citar a falta de

²²<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/29/esquemas-de-corrupcao-desviaram-quase-r-18-bilhao-da-saude-do-rj-desde-2007-valor-supera-gastos-com-a-pandemia.ghtml>

²³<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/obras-da-odebrecht-foram-superfaturadas-em-mais-de-r-3-bilhoes-no-rj.ghtml>

²⁴<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/07/governo-paga-r-136-bilhao-em-dividas-atrasadas-de-estados-em-junho-diz-tesouro-nacional.ghtml>

participação cidadã como fator agravante da situação, uma vez que a falta de fiscalização viabiliza a concretização desses planos de corrupção.

O setor econômico do Rio de Janeiro vem experienciando uma série de dificuldades nos últimos anos e a corrupção, agravada pela falta de fiscalização cidadã, não é o único fator responsável pela existência de tal situação. Quando se fala de participação social ativa e exercício da cidadania, há uma referência ao dever de fiscalização da ação do poder público na alocação de seus recursos financeiros, arrecadados por meio da coleta de impostos, aprovação de projetos de melhoria da cidade, debate de leis e reformas. Tais mudanças são capazes de gerar um impacto relevante sobre a economia do Rio de Janeiro, colaborando para progresso, ou eventual estagnação do Estado, visto que o investimento de parte dessa arrecadação resultaria na melhora das áreas de educação e cultura, seria fundamental para ampliar a participação de futuros cidadãos em questões sociais, colaborando para a retomada da economia carioca.

Ao analisar o cenário econômico, podemos ainda citar as consequências da crise sanitária da Covid-19, que tiveram um claro impacto na economia fluminense. Dentre elas, podemos citar o aumento da inflação, tal como crescimento do nível de desemprego, que ocorreu a nível nacional, atingindo o Rio de Janeiro de forma especialmente preocupante, de acordo com pesquisas da Fundação Getúlio Vargas²⁵, influenciando o poder aquisitivo dos cidadãos, geraram um impacto direto sobre a economia local. Tal cenário, porém, vem sendo amenizado por medidas de estímulo à geração de novos empregos na cidade, que geraram um crescimento de 5,9% no Indicador de Atividade econômica do Rio do ano de 2021 para 2022²⁶.

1.3 Políticas públicas relacionadas ao tema

Muito se discute a respeito da importância das políticas públicas relacionadas à cidadania e a participação social, especialmente no Rio de Janeiro. Tendo isso em evidência, torna-se necessário o estabelecimento de uma gestão eficaz, que implemente políticas públicas funcionais, visando colaborar para o bom funcionamento da cidade e dos sistemas existentes nela.

A Mobilização Social é muito importante para se obter avanços significativos em uma sociedade, sendo a compreensão de como os recursos públicos, arrecadados através da cobrança de impostos aos cidadãos, estão sendo investidos, um dos fatores mais importantes para o exercício

²⁵<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-07/rio-foi-o-estado-mais-afetado-no-mercado-de-trabalho-na-pandemia>

²⁶<https://prefeitura.rio/desenvolvimento-economico-inovacao-simplificacao/rio-gera-100-mil-novas-vagas-de-trabalho-e-reduz-taxa-de-desemprego-ampliada-em-67-pontos-percentuais>

da mobilização civil²⁷. A fim de suprir tal demanda, foi proposta pela Controladoria-Geral da União, no ano de 2004, a criação do Portal da Transparência, onde poderiam ser encontradas informações a respeito de da forma como o dinheiro público está sendo gerido. Outrossim, visando atender a população de forma mais eficiente, em 2018 a Controladoria-Geral da União iniciou um projeto de reestruturação de tal portal, em meio a apresentar tais dados de forma mais intuitiva e acessível, facilitando o exercício do dever cidadão de controle social.

O estabelecimento de associações de moradores, que visam a reivindicação de direitos dos habitantes de certa localidade junto ao poder público, é especialmente relevante em comunidades carentes, uma vez que, a partir desse tipo de mobilização, é possível assegurar direitos básicos dos cidadãos dentro desses espaços²⁸. Tendo isso em vista, um exemplo importante de medida fomentadora da mobilização por parte do poder público, pode se citar a lei de número 7002/2021, sancionada por Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2021, que fortalece a ação de associações de moradores no estado. De acordo com dados primários provenientes da pesquisa de campo aplicada na cidade do Rio de Janeiro, grande parte dos cidadãos cariocas não enxergam um comprometimento efetivo do poder público para com as causas que apoiam. Dessa forma, por meio da criação de Conselhos Comunitários nas Regiões Administrativas, a comunicação de seus líderes com a esfera pública é facilitada, viabilizando o suprimento das demandas dos moradores da região e garantindo o aprimoramento dos serviços públicos, tal como a melhoria nas condições desses espaços comuns²⁹, viabilizando a mobilização social efetiva na cidade e fortalecendo seus efeitos.

1.4 Forças direcionadoras do setor econômico e incertezas críticas

Em meio a garantir uma Participação Social contínua, tal como o exercício ativo da cidadania, são indispensáveis o diálogo e a troca entre diferentes componentes da sociedade. Para isso, se faz necessária a existência de uma gestão pública transparente e comprometida com a garantia dos direitos da população. Desse modo, existem forças direcionadoras que vão promover uma melhora na situação adversa no Rio de Janeiro, dentre elas o setor público, o setor privado, a instituição de ONGs e iniciativas sociais.

²⁷ <https://blog.academia.com.br/educacao-para-a-cidadania/>

²⁸ <https://www.vozdascomunidades.com.br/favelas/a-importancia-das-assocacoes-de-moradores-nas-favelas/>

²⁹ <https://diariodorio.com/lei-que-fortalece-acao-das-assocacoes-de-moradores-e-debatida-na-camara-de-vereadores-do-rio/>

Segundo o Plano Estratégico do Rio, há um aumento progressivo na presença de espaços para manifestação da participação social e cidadania, tal como da interação entre o poder público e a sociedade civil. O governo da cidade vem criando formas inovadoras de incluir a população em sua atuação, por meio da criação de espaço para debates, publicação de enquetes nas mídias sociais e promoção de encontros para a discussão de questões relevantes para os integrantes da sociedade. Visando melhorar essa comunicação entre a população e o governo, recorrendo à tecnologia, foram criadas medidas como o “Portal da Transparência”, a nível nacional, e o “Disk Rio”, iniciativa da prefeitura da cidade do Rio, plataformas oficiais do governo que permitem o registro de reclamações, denúncias e a obtenção de informação sobre questões relevantes ao cidadão.

Ademais, podemos citar a criação do Centro de Operações da Prefeitura do Rio de Janeiro, uma plataforma de cunho informativo da prefeitura, que visa alertar os cidadãos sobre eventuais acontecimentos que possam prejudicar a rotina dos cariocas e promover a mobilização para resolver problemas advindos de situações atípicas na cidade, como a ocorrência de mudanças climáticas (como frentes frias, tempestades, chuvas), grandes eventos e festivais que afetam as dinâmicas locais e funcionamento da cidade, impactando o cotidiano carioca. Como exemplos de sua atuação, podemos citar a sugestão de rotas alternativas para melhorar o tráfego e deslocamento dos habitantes pelo município no período de ocorrência do Rock In Rio, que demandou a interceptação de dezenas de vias públicas, comprometendo o trânsito automobilístico³⁰.

Contudo, tais medidas da esfera pública não garantem uma intervenção da esfera pública nas questões apresentadas pelos cidadãos e, em função da ineficiência do poder público, se fazem necessárias ações populares. Como expressão disso, é possível observar o surgimento de iniciativas como o “Alerta Zona Sul”, que recorrem à tecnologia de redes sociais como canal para denúncia de situações problemáticas emergentes no cotidiano da cidade, além do estímulo à mobilização de cariocas em meio a amenizá-las.

Por fim, podemos citar a atuação de organizações não governamentais (ONGs) no combate à "não cidadania". Como exemplo de instituição que colabora para a efetivação dos direitos e deveres cidadãos, é possível citar o Instituto Ação da Cidadania, que promove a mobilização da sociedade brasileira na busca por soluções no combate à fome, questão extremamente relevante na cidade, visto que acomete aproximadamente 3 milhões de cariocas³¹, índice que supera a

³⁰ <http://cor.rio/>

³¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/09/14/no-rj-quase-3-milhoes-passam-fome-indice-e-maior-que-a-media-nacional.ghtml>

média nacional. No Rio de Janeiro, foi promovido um evento, em junho de 2022, no qual foram debatidas propostas para a solução da fome e miséria, inspirando a criação da organização “15 por 15” que mobiliza empresas, outras organizações não governamentais e cidadãos, em meio a amenizar a problemática da fome³².

³²<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2022-06/acao-da-cidadania-lanca-mobilizacao-para-o-pacto-pelos-15-com-fome/>

2. Análise do Contexto

Este capítulo apresenta uma análise sobre como o impulso nas questões de cidadania e participação social para a cidade do Rio de Janeiro pode colaborar para o alcance de alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Na sequência, será feita uma contextualização do tema estudado, por meio da apresentação dos Mapas de Transformação da rede de Inteligência Estratégica do World Economic Forum.

2.1 Contextualização a partir dos ODS

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), criados pelas Nações Unidas, correspondem a um planejamento estratégico global para a ação que visa erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima. Para que se concretize a Agenda de 2030, foram desenvolvidos 17 objetivos, ilustrados na Figura 2, fundamentados em 169 metas, que devem ser seguidos e atingidos por seus países membros, de forma a assegurar os direitos humanos, criando um ambiente mais igualitário, justo, inclusivo e sustentável³³. Como propósito geral, busca-se garantir que as pessoas, ao redor do mundo, sejam capazes de desfrutar da paz e da prosperidade.



Figura 2: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

³³ <https://www.pactoglobal.org.br/ods>

Visando aliar a questão da Cidadania e da Participação Social diante da Agenda de 2030 e dos ODS, no Brasil, mais especificamente na capital fluminense, foram selecionados dois objetivos específicos, o ODS 10 "Redução das Desigualdades" e o ODS 16 "Paz, Justiça e Instituições Eficazes". A partir destes ODS selecionados, serão apresentadas possibilidades de abordagem para garantir o encaminhamento de oportunidades que visem aumentar o engajamento e mobilização civil dos residentes do Rio de Janeiro.



O objetivo 10 “Redução das Desigualdades” é orientado a garantir a igualdade de oportunidades e a redução das desigualdades, promovendo a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião ou condição econômica³⁴, intencionando ajudar na resolução dos problemas mundiais. Busca-se atingir este ODS por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas.

Todas as ações relativas à propagação da cidadania e da importância da participação social dos indivíduos, no Rio de Janeiro, podem colaborar para o atingimento das metas 10.3 “Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito”³⁵ e 10.6 “Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras, a fim de produzir instituições governamentais mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas”³⁶. Uma vez que a sociedade é o principal responsável pelo bom funcionamento da cidade, é essencial que haja iniciativas públicas que visem garantir que os cidadãos terão seus direitos respeitados e serão tratados de forma igualitária, sem condições especiais. Ademais, é fundamental que o poder público providencie canais eficazes de comunicação direta com o governo, que possibilitem o

³⁴<https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/comprometidos-objetivos-desenvolvimento-sustentavel/ods-10-reduzir-as-desigualdades>

³⁵ <https://ods.imvf.org/reduzir-as-desigualdades/>

³⁶ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/10>

empenho de uma voz ativa, assegurando que os direitos e demandas destes indivíduos não sejam negligenciados.

O conceito de Cidadania e Participação Social plena está diretamente ligado à meta 10.3, visto que ser cidadão é ter direitos civis, políticos e sociais, expressando a igualdade entre os indivíduos perante a lei. Com o intuito de cumprir esta premissa, a prefeitura do Rio de Janeiro implementou o Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS), apresentado na Figura 3, instrumento do Estado que tem como objetivo central a construção de políticas municipais alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030³⁷. Logo, tornou-se possível estruturar novos programas, planos e ações aspirando a uma cidade com melhor qualidade de vida e menores níveis de desigualdade sócio-espacial, buscando assegurar a oportunidade de participação, apropriação e liderança da sociedade no processo de construção da visão da cidade que se quer para 2050³⁸.

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática foi elaborado com intensa participação social, mobilizando mais de trinta e cinco mil cariocas para a criação de estratégias, elaboradas com base na análise de relatos sobre as esperanças, sonhos e aspirações dessas pessoas para o futuro da cidade. Através da plataforma "Participa.Rio", importante ferramenta para acesso e transparência das ações da prefeitura do Rio de Janeiro, os cidadãos puderam exercer sua participação e contribuir, estando presentes em oficinas técnicas de capacitação e engajamento, na criação de conteúdo específico para comunicação com público infantil e juvenil; reuniões em várias regiões da cidade com a presença dos técnicos do Escritório de Planejamento em escolas; projetos com a rede municipal para levantar informações sobre a cidade através do olhar de crianças de diferentes faixas etárias e criação de ondas de participação acessíveis a todos os cidadãos através da plataforma digital.

Por meio dessas atividades, foi possível engajar e envolver cada participante, estimular a prática da cidadania e principalmente, fez com que encontrassem juntos estratégias e novos caminhos para uma cidade cada dia melhor para todos e todas. Para a plena execução desses projetos foram fundamentais as parcerias com a Onu-Habitat, Rede C40, UFRJ, Secretaria Municipal de Educação e a MultiRio³⁹. Portanto, visando garantir a igualdade entre os indivíduos, além de possibilitar que

³⁷ <http://www.rio.rj.gov.br/web/planejamento/agenda-2030-pds>

³⁸ <https://www.rio.rj.gov.br/web/planejamento/pds>

³⁹ http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/12937849/4327050/PDS_COMPLETO_0406.pdf

estes exerçam sua cidadania e busquem se mobilizar pelas causas que apoiam, é de extrema importância que esse projeto seja mantido em vigor.



Figura 3: Plano de Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática (PDS)

Analisando a democracia representativa do Rio de Janeiro, é perceptível que há uma dificuldade na transformação dos processos eleitorais e decisórios do Legislativo em atividades que comprovem uma participação efetiva do povo. A necessidade de uma voz ativa, proposta no conceito de cidadania e evidenciada no item 10.6 das ODS, não tem se mostrado presente de forma efetiva no cenário da cidadania no Rio de Janeiro, visto que o poder público negligencia o direito de igualdade em detrimento da crise da participação social-democrática dos minorizados (LGBT+, mulheres, negros, pessoas com deficiências, imigrantes e refugiados, autônomos e pessoas com mais de 60 anos). Isso ocorre pela falta de políticas que englobam as diversidades entre os cidadãos e que permitam o engajamento desses minorizados dentro da sociedade carioca, acarretando para a falta de entendimento sobre a "accountability", além da dificuldade dos indivíduos em conseguirem se mobilizar pela não abertura governamental.

Dessa forma, é de extrema importância que o poder público desenvolva canais acessíveis de comunicação transparente com a população e divulgue amplamente essa plataforma para grande parte dos cidadãos com o intuito de implementar um representante ativo da população dentro do governo, que viabilizem o estabelecimento de mobilizações sociais eficazes e inclusivas, promovendo uma transformação efetiva dos municípios do Rio de Janeiro.



O ODS 16 "Paz, Justiça e instituições eficazes", está diretamente relacionado à temática da cidadania e participação social. O desenvolvimento dessa proposta tem como ideia principal mostrar o panorama brasileiro no que diz respeito às metas firmadas pela ONU quanto à necessidade de construir instituições fortes, inclusivas e transparentes, com intuito de garantir a manutenção da paz e a promoção de um Estado de Direitos plenos, assegurando a igualdade de acesso à justiça para todos⁴⁰. Dessa forma, por meio da restauração do Portal de Transparência e da fundamentação de políticas inclusivas na cidade do Rio de Janeiro, é possível atingir tal objetivo, garantindo um maior engajamento e participação social ativa dos cidadãos, os quais conseguirão estabelecer mobilizações transformadoras nas comunidades em que vivem.

A partir do encaminhamento de metas relacionadas a ODS 16, sendo elas 16.7, que propõe "Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis"⁴¹, e 16.6 "Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes, a todos os níveis", diretamente relacionada a meta 16.10 de "Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, consoante à legislação nacional e aos acordos internacionais"⁴². A resolução desta primeira, tem relação direta com a ampliação do controle social e mobilização por parte dos cidadãos. Isso se explica no fato de que se manter engajado dentro de sua comunidade, tendo consciência das problemáticas que a acometem, estando atento a atividade do poder público, exercendo a fiscalização e contribuindo através da participação nos processos de administração pública, favorece a instauração de um cenário onde haja uma maior representatividade de pautas e demandas frente ao poder público.

Adicionalmente, é possível afirmar que para exercer sua cidadania, é necessário que os indivíduos tenham acesso à informação a fim de compreender se seus direitos estão sendo garantidos ou negligenciados pelo poder público. Dessa forma, o cumprimento dos compromissos listados nos itens 16.6 e 16.10 seriam fundamentais para haver uma ampliação efetiva da participação social

⁴⁰<https://www.iberdrola.com/sustentabilidade/comprometidos-objetivos-desenvolvimento-sustentavel/ods-16-paz-justica-e-instituicoes-eficazes>

⁴¹ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>

⁴² <https://ods.imvf.org/paz-justica-e-instituicoes-eficazes/>

através de mobilizações dos cidadãos do Rio de Janeiro. Ademais, uma real transparência dos canais de comunicação possibilitaria a averiguação da garantia das necessidades da população por parte do Estado, por meio de leis e ações implementadas por este órgão na cidade. Assim, conclui-se que, a concepção de uma conjuntura onde há plenas condições de exercício da cidadania e participação social, pressupõe o cumprimento das metas citadas.

Segundo o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), o Portal da Transparência, conforme a Resolução nº 102 do Conselho Nacional de Justiça e a Lei de Acesso à Informação (LAI), devem divulgar dados atualizados sobre gestão administrativa, financeira e orçamentária do Tribunal⁴³, facilitando o acesso dos cidadãos a estas informações. Entretanto, o Ministério da Economia colocou sob sigilo todos os documentos usados na elaboração da proposta de reforma administrativa do governo⁴⁴, os quais são considerados dados de interesse geral, sendo fundamental, dessa forma, a implementação de um órgão de fiscalização do exercício da LAI. Conclui-se, dessa forma, que a informação é essencial não só para assegurar a transparência, o controle, a integridade e boa governança da Administração pública, como para um pleno exercício da cidadania e da democracia, capaz de interceptar a execução de sistemas de corrupção.

2.2 Contextualização a partir do World Economic Forum (WEF)

O World Economic Forum (WEF) é uma organização sem fins lucrativos fundada por Klaus Martin Schwab, em 1971, na Suíça, com o intuito de melhorar as condições atuais do mundo, promovendo debates sobre questões econômicas, políticas e sociais, através de ações planejadas e executadas por líderes mundiais, economistas, empresários e investidores. A exposição de dados e propostas para solução de questões que permeiam a sociedade atual são apresentadas nesta plataforma por meio da disponibilização de Mapas de Transformações interativos que englobam diversas temáticas relevantes, fazendo uma relação entre elas segundo a vertente de discussão escolhida. Dessa forma, é possível visualizar, dentro do mapa de Desenvolvimento Sustentável: Caminhos para a igualdade⁴⁵ e Mobilizações que causam impacto⁴⁶, ilustrados nas figuras 4 e 5 respectivamente, temáticas relacionadas a algumas questões previamente abordadas na

⁴³ <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/leiacessoinformacao/perguntas-frequentes/lai#18>

⁴⁴ <https://www.poder360.com.br/brasil/falta-orgao-externo-para-lei-de-acesso-a-informacao-diz-guilherme-canela>

⁴⁵ <https://intelligence.weforum.org/topics/a1Gb000000LHN7EAO/key-issues/a1G0X000004Q4ioUAC>

⁴⁶ <https://intelligence.weforum.org/topics/a1Gb000000LHN7EAO/key-issues/a1G0X000004Q4r5UAC>

compartilhamento transparente e imutável de informações na rede⁴⁸. A Microsoft, desse modo, possui uma arma anticorrupção combinada a inteligência artificial, a qual oferece um pacote de ferramentas atrelado a várias tecnologias que pesquisam bancos de dados da administração pública para a detecção de desvios ou irregularidades.⁴⁹ No contexto carioca, é imprescindível fornecer uma proposta positiva para a resolução desse vasto problema estrutural, a fim de garantir que os deveres cidadãos possam ser devidamente colocados em prática, viabilizando a atividade de fiscalização não negligente, possibilitada pela garantia de transparência da atividade financeira do poder público.

Outro tópico abordado no mapa apresentado tem relação com a questão de Justiça Social, item que está diretamente ligado à questão das desigualdades no âmbito social, tal como aos feitos voltados a resolução dessa problemática. Tal proposta consiste no envolvimento de Organizações Não Governamentais (ONGs) e do Estado na busca por meios para neutralizar tais desigualdades, geradas tanto pelo mercado quanto pelas diferenças sociais. Ademais, a Justiça Social está em busca de uma sociedade mais equilibrada, com ampla participação política da população, em que é esperado que o povo exercite os direitos exigidos por lei, compondo uma sociedade em que todos os indivíduos sejam, de fato, cidadãos⁵⁰.

Seguindo esse tema, diversos métodos podem ser implementados em meio a proporcionar a redução das desigualdades concebidas. Primeiramente, é necessária a formação de um sistema tributário mais justo, diminuindo as taxas sobre o consumo e aumentando o número de impostos progressivos (sendo eles proporcionam à renda de cada indivíduo)⁵¹, tal como a priorização do gasto social no orçamento público, isto é, recorrer às despesas governamentais para a efetivação dos direitos dos cidadãos de forma gratuita, como a saúde e a assistência social, para atender pessoas de baixa renda.

⁴⁸<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/08/26/existe-uma-tecnologia-anticorrupcao-so-precisamos-parar-para-entende-la.htm>

⁴⁹ <https://aiotbrasil.com.br/microsoft-lanca-tecnologia-anticorrupcao/>

⁵⁰ <https://www.tst.jus.br/justica-social>

⁵¹ <https://www.inesc.org.br/como-promover-justica-social-por-meio-da-justica-fiscal/?cn-reloaded=1>

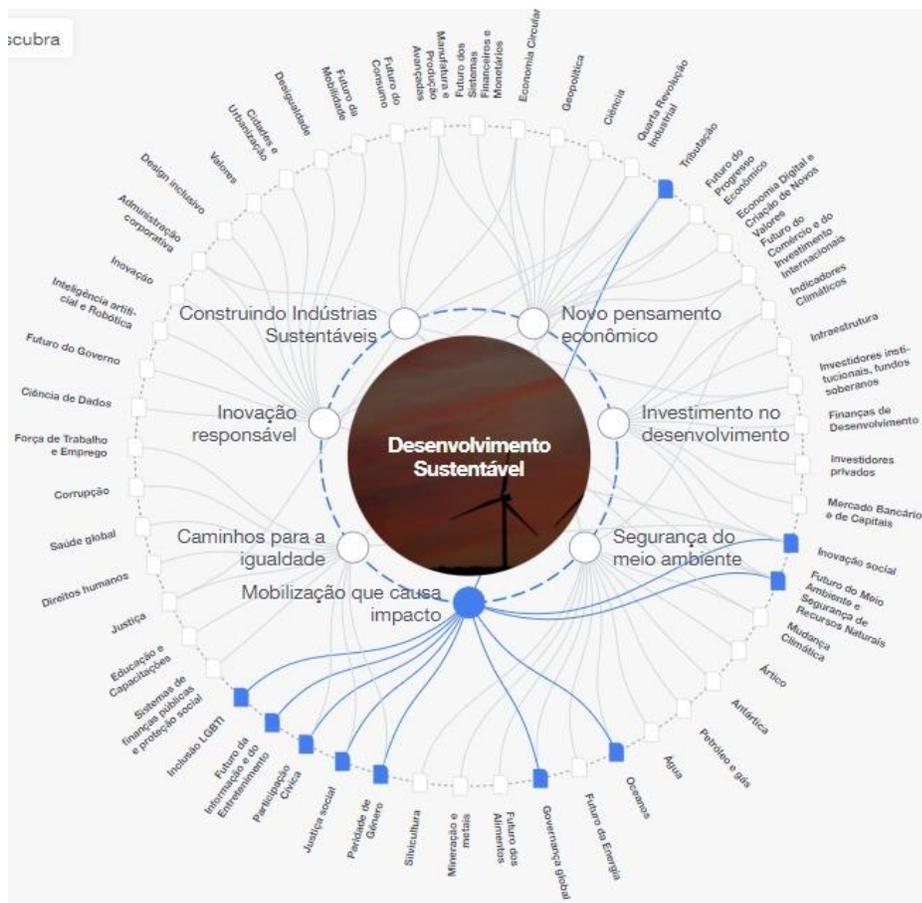


Figura 5: Mapa do Desenvolvimento Sustentável “Mobilização que causa impacto”

Adicionalmente, o fenômeno de “ser cidadão” está atrelado ao cumprimento de obrigações, dentre elas o pagamento de tributações. Dessa forma, seguindo as normas do Sistema Constitucional Tributário, o governo exige que os indivíduos forneçam os recursos necessários para fazer frente ao custeio dos gastos públicos, provenientes da arrecadação de seus tributos, com o intuito de retribuir à sociedade através da oferta e garantia de bons serviços/operações⁵². Entretanto, essa questão parece ser fonte de grande polêmica, tendo em vista a insatisfação dos contribuintes em relação a elevada carga tributária, que apesar de relativamente alta, não parece ser suficiente para garantir o cumprimento das promessas do Estado que alega não ter recursos suficientes. O SINDIFISCO alerta para a incoerência do sistema tributário, no Rio de Janeiro, ao manter diferenciação de alíquotas entre as rendas advindas do salário maiores, e aquelas advindas do

⁵² <https://jus.com.br/artigos/29343/tributacao-e-cidadania>

rendimento do capital menor⁵³, ferindo o princípio da igualdade. Assim, torna-se evidente que essa negligência por parte do Estado afeta a coesão entre os integrantes da sociedade, interferindo diretamente em sua participação social como cidadão.

A implementação de uma iniciativa governamental que busque incentivar o exercício da cidadania por alunos e professores do Rio de Janeiro, ajudaria a influenciar o futuro dos estudantes de forma positiva. Tal proposta seria feita através da eleição dos melhores projetos desenvolvidos por escolas municipais da cidade, além de redações feitas pelos alunos, com sugestões sobre o tema tributário. O principal objetivo é estimular a participação social no controle das contas públicas e conscientizar os participantes sobre a importância socioeconômica dos tributos.

⁵³ <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/43582/direito-tributario-negligencia-a-principios-constitucionais>

3. Mapeamento das oportunidades no contexto do Rio de Janeiro

O objetivo deste capítulo é apresentar oportunidades de soluções relacionadas à Cidadania e a Participação Social no Rio de Janeiro. Para tal, serão apresentadas oportunidades ligadas a políticas públicas, como a de patrocínio da formação em cidadania para crianças e jovens, além do oferecimento de palestras oficiais sobre esta temática. Somado a isso, serão propostas possibilidades voltadas para novos negócios, como a da criação de uma promotora de ações sociais e de uma plataforma de formação cidadã. Ademais, serão apresentadas análises de tendências tecnológicas para melhoria de questões problemáticas na cidade, dentre elas, as inovadoras Blockchain e Inteligência Artificial. Por fim, será feito um mapeamento de startups que oferecem soluções relacionadas à questão da cidadania da população carioca.

3.1 Oportunidades de soluções relacionadas a políticas públicas

Conforme o abordado neste estudo, ressalta-se a importância da participação cívica e o exercício do controle social, que devem ser exercidos em meio a garantir a concretização dos direitos fundamentais do cidadão, além de agregar de forma mais ativa à comunidade do Rio de Janeiro. Embora já existam, a nível federal, medidas do setor público que visam efetivar o controle social, é possível enxergar oportunidades dentro dessa esfera da sociedade para a implementação de novas políticas públicas, colaborando para a melhora da questão da cidadania e aumento no nível de participação. Dessa forma, podem ser sugeridos alguns programas, que incentivem e ajudem a população a explorar seu potencial, e exercer seu papel cidadão de forma ativa.

3.1.1. Programa de formação em cidadania ativa para crianças e jovens

O conceito de controle social, referente à participação do cidadão na gestão pública, representa uma ferramenta indispensável quanto à prevenção da corrupção e mau uso do dinheiro público. À vista disso, é imprescindível que a população esteja ciente da necessidade da busca por informações públicas, visando não somente manter um vínculo direto com o governo, como assegurar seus direitos enquanto cidadãos. Dessa forma, exposição dos indivíduos aos princípios da cidadania desde a infância, é primordial para garantir a plena compreensão de como assegurar seus direitos e a cumprir com seus deveres enquanto membros da sociedade, essencial para a formação de uma comunidade consciente e participativa.

Uma oportunidade de extrema importância para a prefeitura do Rio de Janeiro é a de criar um programa educacional, em escolas públicas e privadas da cidade, visando promover a importância de se atuar como um cidadão ativo. A partir da interpretação dos dados primários, obtidos na pesquisa citada, é possível verificar que um percentual considerável da população enxerga a educação como ativo essencial no processo da formação cidadã, sendo uma base muito importante para a constituição de cidadãos engajados e ativos. É interessante, dessa forma, que haja a apresentação, desde a infância, da importância de se exigir transparência dos dados públicos e ensinar, de maneira lúdica, sobre todos os instrumentos e canais de comunicação, informação e participação disponibilizados pelo poder público, a fim de formar os cidadãos do futuro, incentivando o exercício da cidadania ativa, contribuirá para o aumento na participação da sociedade em questões governamentais.

Desse modo, implementação de um programa de formação cidadã, que vise a melhora na educação sobre tais temáticas temática, no ambiente escolar, proporcionará forte influência sobre a juventude carioca, sendo 2,6 milhões de indivíduos entre ensino fundamental e médio, que representa cerca de 40% da comunidade carioca⁵⁴. Assim, seria benéfico implementar um projeto gamificado, com recursos como gincanas interclasses, na rede de ensino carioca, que incentiva alunos de diferentes séries a se reunir em prol do desenvolvimento de mobilizações e ações sociais, visando amenizar as carências da região/comunidade da qual fazem parte. Fica evidente, dessa forma, o potencial de impacto gerado por uma medida como essa, visto que abrange uma parcela considerável da sociedade, a qual é responsável pela condução do futuro da cidade, sendo capazes de modificar as estruturas vigentes por meio de suas ideias inovadoras e causas que impactam a coletividade de forma positiva.

3.1.2. Programa de palestras governamentais sobre cidadania

A transparência fomenta a participação social e a divulgação das informações que contemplam a atuação da esfera pública, aproxima a sociedade da gestão exercida por seus representantes nesse setor. Visando fomentar essa união, é possível apontar uma oportunidade na promoção de palestras mensais no meio presencial, principalmente em centros educacionais, tal como no digital, por meio de mídias sociais, a fim de transmitir confiabilidade em relação à gestão e garantir o acesso aos dados compartilhados, órgãos públicos e canais de comunicação disponibilizados. Dessa forma, a Lei da Transparência alcançará seus objetivos de forma que o cidadão terá

⁵⁴ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/13/5908>

consciência do seu papel primordial na busca, no acompanhamento de informações e reivindicação dos seus direitos.

Em primeira instância, os centros educacionais são de enorme importância na formação da vida de um indivíduo. Ao implementar essas palestras nas universidades do Rio de Janeiro, é possível alcançar cada vez mais a população economicamente ativa da cidade, garantindo o acompanhamento sobre a efetividade das ações governamentais e espalhando o conhecimento de tais informações públicas para este grupo bastante influente dentro da sociedade.

Além disso, vive-se na Era da Tecnologia, por isso não se deve ignorar o fato que as mídias sociais são o maior canal de comunicação entre os indivíduos da atualidade. Como é possível observar na pesquisa quantitativa apurada em dados primários, grande parte da população do Rio de Janeiro constata a utilidade de ferramentas como essas mídias para proporcionar um aumento do engajamento de mobilizações sociais na cidade. Tais Mídias e tecnologias representam parte da economia, da política, da vida e da sociedade atual. Dessa forma, por meio de transmissões ao vivo e postagens em redes sociais variadas como Instagram, Facebook e Twitter e YouTube, se cria uma forma mais clara e fácil de convidar a população a participar de discussões relevantes, ensinando a mesma a ter acesso a esses canais para a participação da vida da sua cidade.

3.2 Oportunidades de soluções relacionadas a novos negócios

Dentro das oportunidades para a melhoria do atual cenário de mobilização e controle social no Rio de Janeiro, é possível identificar pontos de interesse para a iniciativa privada, através da criação de novos negócios que ofereçam soluções inovadoras que promovam a cidadania, impactando a cidade de forma direta. Para isso é de extrema importância a construção de novos negócios, nos quais, causam um impacto benéfico para a sociedade. Com startups focadas no empreendedorismo social é possível traçar novos caminhos para mudar a realidade de indivíduos afetados diariamente pelos problemas que acometem a cidade.

3.2.1. Criação de uma promotora de ações sociais para empresas

Tendo em vista a necessidade de ampliação dos níveis de mobilização social na cidade, a primeira oportunidade enxergada está no oferecimento de um serviço que promova o engajamento desses cidadãos, tal como o estabelecimento rápido e eficiente de mobilizações na

cidade do Rio de Janeiro, a partir da criação de uma startup, no modelo B2B (business to business), focada em promover ações sociais para empresas que desejam se envolver neste tipo de causa e não tem a estrutura para fazê-lo.

Conforme Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da bolsa de valores de São Paulo, índice criado com o intuito de analisar o desempenho das empresas em aspectos sustentáveis e sociais, houve entre os anos de 2005 a 2018, rentabilidade de 203,8%, ante 175,38% do Ibovespa, apresentando concomitantemente, no mesmo período, menor volatilidade “24,67%”, enquanto a do Ibovespa foi de “27,46%”⁵⁵. Tais dados indicam que investir em mobilização social e ter uma atuação engajada, podem influenciar positivamente nos resultados financeiros das organizações.

O modelo de negócio proposto considera que o cliente, empresa com políticas de RSA (responsabilidade socioambiental) e ESG (Ambiental, Social e Governança), irá pagar para que sua marca seja ligada a determinado movimento social criado pela startup, sendo possível capitalizar a criação das ações sociais, que gera benefícios para a comunidade local em função das mudanças implementadas, tal como para a empresa interessada, por meio de recompensas “intangíveis” como reconhecimento, valorização, lealdade do consumidor, dentre outras por ter sua marca atrelada a tais ações.

3.2.2. Criação de uma plataforma educacional de formação do comportamento cidadão do indivíduo

É evidente, conforme abordado, que o sistema educacional brasileiro seria altamente beneficiado por uma reformulação que contemplasse, de forma mais profunda, a pauta de comportamento cidadão do indivíduo. Tendo em vista não haver projetos pedagógicos concretos de implementação desse tipo de ação por parte do poder público, seria benéfica à colaboração de iniciativas do setor privado que contribuíssem para ajudar a formar uma sociedade mais consciente e engajada sobre as diversas problemáticas do Rio de Janeiro.

Como fator agravante da falta de mobilização social, a questão apontada no tópico 3.2.1, tal como dos deveres relacionados a ela, como o da fiscalização do poder público e intervenção em sua atividade, é importante citar a falta de conhecimento em relação a como exercer funções como a de controle social. Dessa forma, existe uma demanda por produtos capazes de instruir esses

⁵⁵ <https://vocerh.abril.com.br/melhores-empresas/empresas-que-promovem-este-tipo-de-acao-sao-mais-rentaveis/>

indivíduos, estimulando a responsabilidade social e os capacitando para exercer sua participação de forma efetiva.

À vista disso, a segunda oportunidade, relacionada à criação de um novo negócio, está na necessidade da melhora na formação do comportamento cidadão do indivíduo dentro do sistema educacional fluminense e na formação de parcerias com instituições de ensino no Rio de Janeiro. Desse modo, propõe-se a criação de uma empresa que formule programas que desenvolvam essa competência cidadã nos indivíduos, em formato de curso, adequados a cada tipo de instituição, os quais serão ofertados para escolas e universidades dos setores público e privado no Rio de Janeiro, em meio a complementar seus planos de ensino e projetos pedagógicos, colaborando para a instauração de um cenário mais justo e igualitário.

3.3 Análise de tendências tecnológicas para possíveis soluções

A inovação no meio tecnológico representa uma oportunidade para a superação de desafios cotidianos⁵⁶, propiciando avanços para a sociedade⁵⁷. Dessa forma, é necessário observar as tendências tecnológicas atuais, em meio a identificar oportunidades para suportar o encaminhamento de soluções. Dentre as tendências mais relevantes na atualidade, pode se citar a Blockchain e o Metaverso como recursos úteis na concretização da cidadania, por meio da efetivação dos direitos e deveres dos cidadãos.

3.3.1. Blockchain

Dentre as tendências tecnológicas atuais, está a tecnologia de Blockchain, que consiste em um modelo que assegura o compartilhamento de dados descentralizados e com transparência no compartilhamento de informações⁵⁸, tendo em vista que as transações permanecem públicas e imutáveis, sendo acessíveis para todos⁵⁹. Em função das características citadas, o uso desse modelo de banco de dados representa uma grande oportunidade não somente no universo monetário, onde ganhou popularidade através das criptomoedas, recursos de extrema relevância

⁵⁶ <https://www.techedgegroup.com/pt/blog/tendencias-tecnologicas>

⁵⁷ <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/01/10-tendencias-tecnologicas-que-transformarao-o-mundo/>

⁵⁸ <http://plataformacidadaniadigital.com.br/special/blockchain-cidadania>

⁵⁹ <https://www.infomoney.com.br/guias/blockchain/>

na atualidade, posto que garante a integridade, disponibilidade, autenticidade e disponibilidade das informações⁶⁰.

Tendo em vista que a adoção do estado democrático prevê a presença da participação popular, propondo a fiscalização cidadã do poder público e intervenção em sua atividade em prol do coletivo, dentre os diversos deveres cidadãos determinados no conceito de cidadania, se torna fundamental a publicização de informações referentes à atividade do poder público para a concretização da cidadania. Em vista disso, seria interessante recorrer à tecnologia inovadora de Blockchain, em meio a assegurar a veracidade das informações disponibilizadas, além de torná-las mais facilmente acessíveis.

A adoção desta tecnologia pretende facilitar o registro de todas as operações sem a necessidade de intermediários. Desse modo, a implementação das blockchains para as movimentações no setor público, promoveria a concretização da cidadania, visto que viabilizaram o acompanhamento integral das atividades da cidade, alavancando o grau de fiscalização cidadã. Desse modo, por meio da implementação dessa tecnologia, se promove um cenário otimista de participação popular, uma vez que o blockchain efetivaria a interação dos moradores da cidade com a atividade pública, tornando mais eficientes a administração pública e o controle social.

3.3.2. Metaverso

É possível afirmar que os indivíduos criaram, no último século, uma alta dependência da tecnologia⁶¹ e há um esforço constante para o desenvolvimento de recursos que melhorem a vida humana em diversos campos. Dentre os recursos desenvolvidos, está o de Metaverso, que pode ser compreendido como uma espécie de “mundo digital” tridimensional e compartilhado⁶², onde se integram a experiência dos mundos “real” e “virtual”⁶³, sendo possível interagir com outros indivíduos em tempo real.

A criação de iniciativas como associações de comunidades é extremamente benéfica para a cidade, visto que poderá incentivar a discussão sobre as condições do lugar onde se vive, além de promover a mobilização cívica. No entanto, limitações físicas, como a distância entre as partes interessadas na mudança, podem representar um obstáculo na mobilização de um número

⁶⁰<https://www.tecnobank.com.br/noticias/blockchain-o-que-e-e-qual-sua-importancia-na-transacao-de-dados-e-prevencao-de-riscos>

⁶¹ <https://plataforma9.com/publicacoes/seminario-portugal-brasil-tecnologia-e-sociedade-no-seculo-xxi.htm>

⁶² <https://exame.com/future-of-money/o-que-e-o-metaverso-e-por-que-voce-ja-vive-nele-mais-do-que-imagina/>

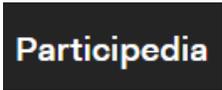
⁶³ <https://weni.ai/blog/metaverso-o-que-e/>

considerável de indivíduos. À luz disso, surge uma oportunidade para estabelecer um novo parecer para essa questão através da aplicação de recursos tecnológicos, como o de metaverso, em meio a viabilizar um maior engajamento público na efetivação do processo democrático de participação social.

Analisando o contexto do Rio de Janeiro, é evidente que há uma defasagem no engajamento e participação da sociedade para melhoria das problemáticas que acometem a cidade. Portanto, é proveitoso recorrer à tecnologia de Metaverso, para criar espaços de interação, onde esses cidadãos, membros da comunidade do Rio de Janeiro, pudessem se reunir, discutir questões passíveis de melhoria e organizar planos de ação para solucioná-las. A partir disso, será possível construir um cenário positivo de participação social no Rio de Janeiro.

3.4 Mapeamentos de startups que oferecem soluções

Nome da Startup	Logomarca	Website	Resumo do Negócio	País de Origem
Citibot		https://.citibot.io/	Visa facilitar a comunicação entre moradores das cidades e seus governantes. Sua principal proposta é transcender o alto nível de burocracia de websites mais tradicionais, como o do governo, viabilizando dessa forma uma maior proximidade do poder público, através de seu software interativo, permitindo aos cidadãos enviar perguntas e solicitações para seus representantes políticos.	Estados Unidos
Bright Cities		https://www.brightcities.city/	Gera diagnósticos e elabora roteiros visando tornar as cidades mais eficientes. A empresa disponibiliza, de forma, um diagnóstico geral das cidades que pode ser acessado gratuitamente pelos cidadãos e os ajuda a identificar os problemas e prioridades em seu município.	Brasil

<p>ITS Rio</p>		<p>https://itsrio.org/</p>	<p>Estuda o impacto e o futuro da tecnologia no Brasil e no mundo, buscando maneiras de implementar tecnologia no solucionamento de problemas na sociedade.</p> <p>A organização criou o aplicativo “Mudamos” que permitia a assinatura de projetos de lei advindos da iniciativa popular, viabilizando a participação civil e criando um sentimento de proximidade dos cidadãos ao poder público.</p>	<p>Brasil</p>
<p>Incentiv.Me</p>		<p>https://site.incentiv.me/</p>	<p>Conecta pessoas e empresas a causas e projetos, possibilitando um uso eficiente dos recursos públicos, a prestação de contas social e fortalece a cultura do uso das leis de incentivo fiscal, viabilizando fenômenos como o da participação social efetiva.</p>	<p>Brasil</p>
<p>Participedia</p>		<p>https://participedia.net/</p>	<p>É uma rede global e plataforma de crowdsourcing global para indivíduos interessados na participação pública e inovações democráticas que viabiliza a sistematização colaborativa de casos de participação civil.</p>	<p>Brasil</p>
<p>Colab</p>		<p>https://www.colab.re/</p>	<p>Desenvolve um canal de comunicação e relacionamento diretos entre os cidadãos e o governo que permite o registro de problemas na cidade, os quais são compartilhados com as prefeituras locais, em meio a garantir a melhoria deles.</p>	<p>Brasil</p>

4. Exploração dos macroproblemas mapeados

Neste capítulo serão descritos os principais stakeholders relacionados às questões ligadas à cidadania e participação social na cidade do Rio de Janeiro, tal como o nível de imersão de cada parte interessada dentro das situações descritas, expondo os impactos propiciados pelos mesmos em congruência com os macroproblemas supracitados. Posteriormente, será apresentado o Mapa de Empatia dos stakeholders primários. Por fim, será exposto os diagramas das Árvores de Problemas dos macroproblemas abordados, visando evidenciar as causas e impactos gerados pelo problema.

4.1. Mapa de Stakeholders

O Mapa de Stakeholders, ilustrado na Figura 6, contempla as principais partes interessadas nas questões relacionadas à Cidadania e Participação Social, no Rio de Janeiro. Em seguida, é feito um detalhamento da atribuição e grau de envolvimento de cada um desses stakeholders.



Figura 6: Mapa de Stakeholders

Stakeholder primário

Cidadãos do Rio de Janeiro

Os moradores da cidade do Rio de Janeiro formam o principal stakeholder nessa discussão, visto que são os “protagonistas” da cidadania e participam diariamente do cotidiano da cidade (experienciando os aspectos positivos e negativos dessa vivência), sendo capazes de influenciá-la diretamente. Estando sob a condição de cidadão, eles têm o dever de participar ativamente das questões da sociedade, sendo responsáveis, indiretamente, pela perpetuação de problemas, quando não exercem sua cidadania de forma plena.

Stakeholders secundários

Ministério da Cidadania

Este órgão da administração federal direta é responsável por políticas de desenvolvimento social e esporte do governo federal, que discute propostas e tomadas de decisão⁶⁴ relacionadas a esses temas, exercendo funções públicas conforme as burocracias políticas estabelecidas pelo Estado. Dessa forma, configura um departamento assegurador dos direitos do cidadão, promovendo programas e ações voltadas à inclusão e assistência social.

Associação de moradores

Entende-se por associação de moradores, uma entidade criada a partir da união de membros de uma comunidade de moradores de uma mesma região, visando discutir situações relevantes para o grupo e criar mobilizações que atendam às suas demandas. A existência desse tipo de iniciativa é de extrema importância, visto que representa a plena participação social e prática da cidadania.

ONGs (Organizações não governamentais)

As ONGs são representantes muito importantes na efetivação da cidadania e mobilização social. Sua influência no papel social da cidade é muito forte, atuando em meio a garantir a efetivação dos direitos cidadãos, colaborando para a melhoria de situações problemáticas diversas áreas, com um efeito direto sobre a qualidade de vida dos cidadãos, principalmente daqueles que se encontram em uma posição de maior vulnerabilidade econômica e social.

⁶⁴ <https://republicanos10.org.br/descomplicando-a-politica/saiba-qual-a-funcao-do-ministerio-da-cidadania/>

Stakeholders terciários

Prefeitura do Rio de Janeiro

A prefeitura diz respeito ao órgão governamental mais presente e importante para a vida de qualquer município. Através da administração de recursos públicos, tal instituição governamental pretende ser uma referência para os cidadãos, e promover o desenvolvimento social, educacional, econômico, e sustentável do local onde está inserida. Dessa forma, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro pode ser classificada como um stakeholder terciário, visto que a resolução de problemas presentes na cidade, dentre eles, a falta de mobilização social, é de seu interesse.

4.2. Mapa de Empatia

O Mapa de Empatia é um recurso utilizado para se conhecer melhor determinada persona, a partir do detalhamento de sua personalidade, baseada em seus sentimentos. O diagrama apresentado na Figura 7 tem o objetivo de apresentar os pensamentos e sentimentos do stakeholder central na questão estudada, os cidadãos cariocas. A construção do mapa a seguir foi feita a partir da perspectiva de uma persona representativa dos cidadãos, elaborada com base em dados secundários, por meio da identificação de pontos de convergência no que compreende as percepções de cidadãos engajados.

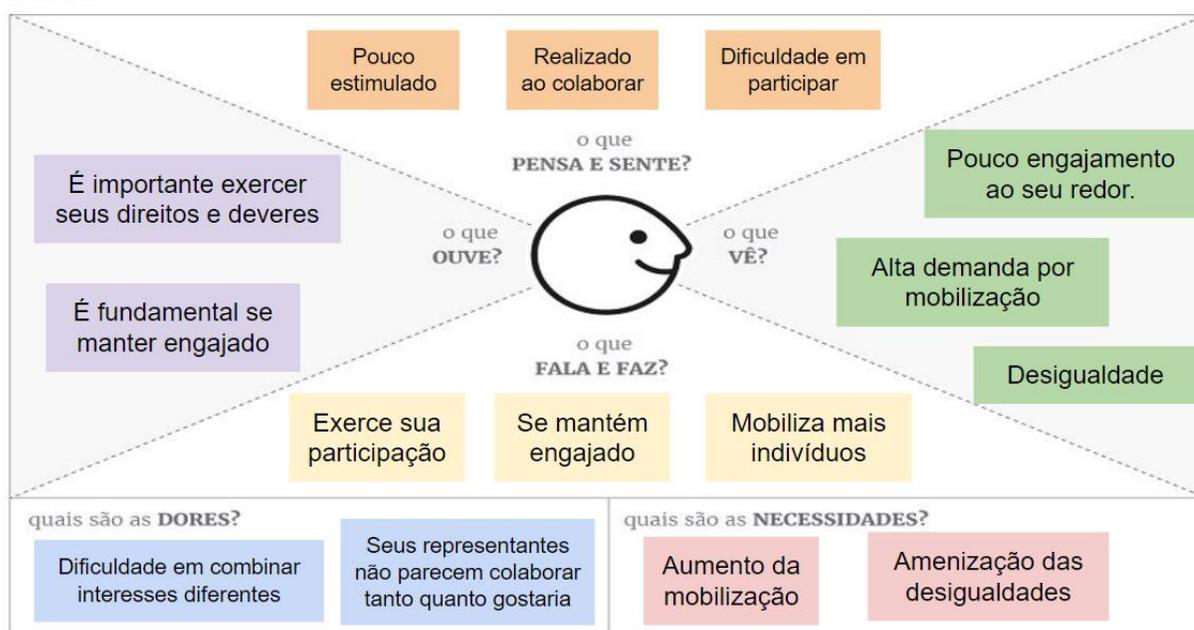


Figura 7: Mapa de Empatia

4.3 Árvores de Problemas

Este item apresenta as árvores de problemas elaboradas para os macroproblemas centrais desse estudo: Falta de Controle Social e Baixa Mobilização e Engajamento Social. Com estes esquemas, evidenciados nas Figuras 7 e 8, respectivamente, visa-se mostrar os principais ocasionadores destas problemáticas e suas consequências.

A árvore ilustrada na Figura 8 apresenta os principais motivadores e sintomas da falta de controle social. Neste sentido, as principais causas deste fenômeno seriam a falta de Transparência do poder público, baixa participação social, baixo engajamento cidadão, agravados respectivamente pela omissão de dados por parte do poder público, o oferecimento de plataformas ineficientes de contato com o mesmo, uma formação cidadã insuficiente e o desinteresse em questões políticas.



Figura 8: Árvore de Problemas - Falta de Controle Social

A árvore ilustrada na Figura 9 apresenta os fatores que levam à Falta de Mobilização e Engajamento social. São eles a subutilização dos canais de comunicação, fomentado pela falta de conhecimento acerca dos canais oferecidos pelo governo, a falta de união entre cidadãos, promovida pela falta de consciência coletiva e uma formação cidadã insuficiente resultante de um currículo escolar em completo que não foca na formação de trabalhadores e não de cidadãos.



Figura 9: Árvore de problemas - Falta de Mobilização